

# Avaliação e implementação no contexto da pós-verdade

## Evaluation and implementation on post-truth context

Rogério Renato Silva<sup>1</sup> [Branco] , Ana Maria Carneiro [Branca]<sup>2</sup>, Carolina Imura [Branca]<sup>3,4</sup>

<sup>1</sup>Pacto Organizações Regenerativas, São Paulo, SP, Brasil

<sup>2</sup>Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Núcleo de Estudos de Políticas Públicas, Campinas, SP, Brasil

<sup>3</sup>Rede Brasileira de Monitoramento e Avaliação, Brasília, DF, Brasil

<sup>4</sup>Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, MG, Brasil

**COMO CITAR:** Silva, Rogério Renato, Carneiro, Ana Maria, Imura, Carolina (2021). Avaliação e implementação no contexto da pós-verdade. Revista Brasileira de Avaliação, 10(1), e101121. <https://doi.org/10.4322/rbaval202110011>

Desde a publicação do número 9 da Revista Brasileira de Avaliação, em 2015, uma série de eventos de grande influência no campo avaliativo ocorreu por todo o mundo. A geopolítica mundial e a dinâmica dos estados nacionais foram sensivelmente alteradas por vitórias eleitorais de forças com tendências autoritárias, produzindo um movimento classificado por analistas políticos como uma nova onda de ataque a direitos civis e sociais, de questionamento da relevância das políticas públicas e das funções do Estado para garantir direitos fundamentais, bem como de negação do conhecimento científico como insumo central para decisões de interesse público.

As tecnologias digitais e as redes sociais tiveram papéis decisivos nessa onda. Se é correto afirmar que elas favoreceram a emergência de diferentes vozes e ajudaram a oxigenar o debate público e os sistemas políticos, elas também cumpriram o papel de distorcer realidades e sedimentar a ideia de que uma boa narrativa pode igualar ou até mesmo superar o lugar das evidências e do conhecimento científico como fonte de análises e decisões políticas. É neste sentido que a ascensão da pós-verdade no período histórico que vivenciamos pode ser percebida como uma ponte para o passado.

Um segundo fenômeno tornou-se também mais evidente e incômodo neste período. Se estivemos sempre habituados à ideia de que os regimes democráticos e os processos coletivos são marcados por tensões e disputas, muitas delas não apenas inevitáveis mas também necessárias, o que ascendeu na sociedade foi um enorme *déficit* conversacional entre os atores. Um tipo violento de polarização deixou de considerar as diferenças como sinais de movimentos e produções da sociedade, para propor a intolerância ao diálogo e a aniquilação dos opositores.

Em ambientes sociais tão desafiadores quanto esses, as avaliações se moveram em várias direções. Um olhar panorâmico para as diversas associações nacionais e globais do campo avaliativo mostra que a comunidade avaliativa intensificou sua produção em resposta aos desafios. Os eventos de *advocacy* e formação tornaram-se mais abundantes, as literaturas acadêmica e cinzenta avolumaram-se e a presença de conceitos avaliativos na mídia não especializada tornou-se mais frequente. Jornalistas, editoriais e colunistas passaram a escrever corriqueiramente sobre avaliação de políticas públicas, decisões baseadas em evidências e a necessária aliança entre ciência e gestão. Este é um tema especialmente aquecido em 2020, já no contexto da pandemia da COVID-19.

Entre os conteúdos que marcaram a agenda avaliativa nos últimos anos, alguns merecem especial atenção por terem atuado como coordenadas políticas e epistêmicas para o campo

**Recebido:** Novembro 02, 2020

**Aceito:** Dezembro 11, 2020

**\*Autor correspondente:**

Rogério Renato Silva

**E-mail:** rogerio@pacto.site



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.



avaliativo. Em primeiro lugar, ganharam espaço as avaliações voltadas a acompanhar a consecução dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável publicados pela ONU em 2012, por ocasião da Rio +20. Há nove anos de 2030, marco para que os estados nações alcancem suas metas, não são muito alvissareiras as notícias a respeito da progressão dos indicadores. É neste sentido que as avaliações têm sido convocadas a reconhecer conquistas, mas especialmente a dar visibilidade ao *status* dos indicadores e a atuar de modo formativo para incrementar ou modificar as estratégias em curso. Assegurar o conjunto de direitos políticos, civis e sociais que estão na base da agenda 2030 ainda requer muito trabalho.

Em segundo lugar, também ganharam espaço as avaliações voltadas a acompanhar os efeitos de políticas públicas de larga escala. Neste caso, algumas perspectivas avaliativas permanecem em debate, entre as quais destacamos duas. Vários estudos têm sido formulados com base em desenhos experimentais, em busca de produzir evidências quantitativas que ajudem a sociedade, em especial os gestores públicos, a compreenderem relações de causa-efeito e de custo-efetividade das políticas. Esta agenda segue abrangendo estudos multicêntricos financiados especialmente por órgãos multilaterais que propõem a centralidade de métodos que privilegiam critérios de validade interna, os definindo como de maior qualidade (auto-intitulados *Gold Standard*).

Outros estudos têm abrigado avaliações de implementação de políticas em perspectivas naturalistas, qualitativas, experienciais ou quase-experimentais. Nestes casos, tem havido grande interesse em compreender mecanismos, processos, alavancas e obstáculos à implementação de políticas públicas e iniciativas sociais. Considerando dimensões políticas, econômicas, culturais e institucionais, tais estudos de implementação têm reconhecido a dinâmica não linear de formulação-implementação, bem como a produção de políticas públicas *bottom-up* envolvendo a burocracia de nível de rua nos níveis subnacionais, como é o caso do Brasil e seus 5570 municípios.

Em terceiro lugar, merece atenção o modo como duas agendas de capital relevância para a sociedade ganharam força neste período. As avaliações de gênero ampliaram sua presença em publicações, eventos e estudos e passaram a demonstrar que equipes, perguntas, critérios, métodos, planos de análise e relatórios deveriam incorporar suas perspectivas. Já as avaliações antirracistas, fomentadas no esteio do movimento global *Black Lives Matter*, também propuseram referenciais e instrumentais capazes de transformar instituições, equipes, abordagens e o próprio sentido das avaliações na direção de práticas decolonizadoras.

Finalmente, a quarto conteúdo que marcou os últimos anos diz respeito ao crescente interesse e uso de métodos mistos em avaliação. Se há algumas décadas o campo avaliativo já dava sinais da superação da dicotomia qualitativo-quantitativo, os métodos mistos consolidaram-se como primeira escolha para abordar a complexidade das realidades sociais. Para além da trivial combinação de técnicas, o que se observou foi a própria legitimação de epistemologias capazes de produzir avaliações mais sensíveis aos contextos, atores e culturas, muitas delas de origem no sul global.

A densidade de produções que podem ser observadas nos anos recentes parece ter um traço diferencial em relação a períodos anteriores. A emergência das novas epistemologias, das avaliações de gênero, das avaliações antirracistas, dos estudos de implementação e dos métodos mistos parecem somar-se em uma tentativa de deslocar o pêndulo do campo avaliativo na direção de um ambiente cientificamente mais plural e politicamente mais engajado. Talvez haja um sinal dos tempos quando é possível perceber que o já antigo debate sobre a neutralidade dos avaliadores está sendo convertido em debate a respeito de implicação e justiça social, como revelam produções recentes, tais como as Diretrizes para a Prática de Avaliação no Brasil, produção da Rede Brasileira de Monitoramento e Avaliação (RBMA) com potencial de influenciar o campo avaliativo brasileiro.

Em tempos de tamanha aceleração das percepções e das respostas, é digno de nota o modo como a comunidade avaliativa tem tratado uma das principais polaridades presentes no espírito das avaliações: a tensão entre profundidade da análise e tempo de decisão. Como se pode observar, as avaliações de ciclo curto, a coleta de dados digitais, o uso de *big data* e, ainda, a valorização dos métodos conversacionais voltados a perceber evidências invisíveis a



outras abordagens têm sido capazes de sustentar a importância das avaliações mesmo em circunstâncias politicamente instáveis e socialmente incertas.

Foi neste cenário que o décimo número da Revista Brasileira de Avaliação foi produzido. Em um ano marcados por brutais perdas para a sociedade brasileira, como denota o melancólico número de quase 250 mil vidas perdidas pela COVID-19, são importantes as iniciativas voltadas a zelar pelo interesse público, pelo uso inteligente de recursos públicos e privados e pela construção de uma sociedade capaz de assegurar os direitos civis, políticos, ambientais e sociais no Brasil tão necessários à jovem democracia brasileira.

Contando com o apoio da diretoria da RBMA, o esforço de profissionais que apoiaram a reconstrução da política editorial e com a dedicação de autores, autoras e pareceristas, preparamos esta edição em busca de conexões com a contemporaneidade do pensamento e das práticas avaliativas. Com quais finalidades as avaliações têm sido realizadas e utilizadas pelos agentes públicos e privados? De que modo as avaliações favoreceram a implementação de iniciativas de real interesse público? Quais abordagens avaliativas tiveram maior sentido nos tempos atuais? Que lugar tem sido ocupado pelas evidências avaliativas em um contexto de pós-verdade? De que modo as avaliações têm ajudado a superar as desigualdades de gênero, sociais e raciais?

Dialogando com perguntas como estas, reunimos neste número 10 da Revista Brasileira de Avaliação um conjunto de textos essenciais para a retomada de um percurso bibliográfico e formativo que fora interrompido em 2015. Esperamos que em um novo formato eletrônico, com submissões de manuscritos em fluxo contínuo e com um corpo editorial abrangente e conectado a inúmeros campos de conhecimento e setores da sociedade, a revista possa evoluir com o campo avaliativo e para ele contribuir, além de se posicionar como importante locus reflexivo da Rede Brasileira de Monitoramento e Avaliação.

#### **Fonte de financiamento**

Não há.

#### **Conflito de interesse**

Não há.